



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11629 - Resumo Expandido - Pôster - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 22 - Educação Ambiental

**JUSTIÇA CLIMÁTICA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: REFLEXÕES SOBRE A POPULAÇÃO TRAVESTI E TRANSEXUAL PROFISSIONAL DO SEXO EM RELAÇÃO A COVID-19**

Victor Hugo de Oliveira Henrique - UFMT/Campus de Cuiabá - Universidade Federal de Mato Grosso

Michèle Sato - UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

**JUSTIÇA CLIMÁTICA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: REFLEXÕES SOBRE A POPULAÇÃO TRAVESTI E TRANSEXUAL PROFISSIONAL DO SEXO EM RELAÇÃO A COVID-19**

A pandemia do coronavírus, da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2) é, como o nome sugere, o segundo surto da doença causada pela família de vírus *coronaviridae* em menos de 20 anos. Entre 2002 e 2004 mais de 8 mil pessoas foram infectadas e 774 morreram em 29 países e territórios de todo o mundo. O novo coronavírus, na sua 19ª versão, foi denominado por covid-19, já infectou mais de 517 milhões de pessoas, contabilizando mais de 6,25 milhões de mortes (JHU CSSE, 2022), no Brasil já foram registradas mais de 664 mil mortes e mais de 30,6 milhões de casos (JHU CSSE, 2022).

Após uma busca do tipo estado do conhecimento, não foram encontradas pesquisas que dialogam com a justiça climática e a comunidade LGBTQIA+, em especial com a população trans e travestis, muito menos as que são profissionais do sexo. Nesse sentido questiona-se: seria a LGBTfobia um dos motivos para a inexistência de pesquisas relacionadas a justiça climática e a população trans e travestis profissionais do sexo? Qual a compreensão das transexuais e travestis profissionais do sexo sobre a crise climática e sobre a covid-19? O que elas sabem sobre o assunto? Elas têm acesso à informação para aprender sobre o debate climático? Qual o impacto covid-19 em suas vidas profissionais? A educação ambiental pode contribuir para processo de visibilidade da população transexual e travesti?

Em diálogos com o movimento LGBTQIA+ de Cuiabá – MT nos aproximamos do

contexto de pesquisa, considerando que o autor principal deste trabalho é ativista e militante. A pesquisa encontra-se em fase de levantamento de informações e aguardando o comitê de ética em pesquisa, setor de humanidades, para avaliar a proposta de pesquisa para dar continuidade na construção dos dados, mais especificamente, das entrevistas, ancorada em uma posposta teórica-metodológica fenomenológica. Dentro da fenomenologia, percorreremos nessa pesquisa, os caminhos da Cartografia do Imaginário (SATO, 2011). A pesquisa de campo está prevista para acontecer no primeiro semestre de 2023 e em um contato inicial com o Movimento LGBTQIA+ de Cuiabá, em especial com as mulheres transexuais e travestis, ficou perceptível o interesse em participar.

Podemos dizer que o conceito de Justiça Climática emerge do um desdobramento do paradigma da Justiça Ambiental e da percepção de que os impactos da crise climática atingem de maneira e intensidade diferente os diversos grupos sociais, prejudicando de maneira mais intensa as camadas economicamente mais desfavorecidas, ou seja, pessoas em situação de maior vulnerabilidade. (SATO, SILVA, JABER, 2018; IPCC, 2021).

Dentre os diversos grupos em situações de vulnerabilidade temos a comunidade LGBTQ+, em especial as travestis e transexuais. A violência transfóbica, o discurso de ódio e uma ideologia antitrans tem crescido e ganhado muita força nas redes sociais desde 2014, e fez-se mais presente em 2020 e em 2021, diante da crise política, econômica e humanitária em que nos encontramos. Aliado a cena caótica, houve à disseminação de *fakenews* e o recorrente uso do *trans panic* como forma de ter alcance na internet, angariando adeptos e aproximando grupos antagônicos para a unificação e fortalecimento de uma disputa cissexista (LEE, 2020).

As injustiças ambientais sempre emergem do mesmo sistema de exploração econômica, opressão racial e desvalorização da vida. Dessa maneira, diante das projeções científicas de que eventos extremos oriundos da crise climática representam uma das maiores ameaças da contemporaneidade e frente à desigualdade de alguns grupos sociais, que estão expostos a situações de vulnerabilidade, ficam incapazes de enfrentar as situações apresentadas, resultando em um contexto de injustiça climática (FORZIERI et al., 2018).

A injustiça climática se fortalece na falta de poder que as comunidades injustiçadas têm para influenciarem as decisões, resistirem às mesmas e se deslocarem para áreas não poluídas (ACSELRAD, 2002). Assim compreendemos que a Justiça Climática consiste em um indispensável componente em ações no Movimento LGBTQIA+, estimulando reflexões em instâncias institucionalizadas, ambientes escolarizados e em espaços coletivos organizados pela sociedade civil. Sustentamos nesse projeto uma Educação Ambiental como um processo permanente de aprendizagem, firmando "[...] valores e ações indispensáveis à transformação humana e social e preservação ecológica [...] estimulando a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas [...]" (SATO, 2002, p. 17).

Por fim, entendemos que uma EA em espaços educativos não formais, tende a firmar-

se como essencialmente política, possibilitando a potencialização e fortalecimento das ações coletivas direcionadas ao enfrentamento de padrões e comportamentos hegemônicos estabelecidos.

**Palavras-Chave:** Educação ambiental. Justiça climática. Comunidade LGBTQIA+.

## REFERÊNCIAS

MILANEZ, Bruno.; FONSECA, Igor Ferraz da. Justiça Climática e Eventos Climáticos Extremos: o caso das enchentes no Brasil. **IPEA - Boletim regional, urbano e ambiental**. 04. jul. 2010. Disponível em <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5554/1/BRU\\_n4\\_justica.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5554/1/BRU_n4_justica.pdf)> Acessado em 28.jul.2022

JHU CSSE. **CSSEGISandData/COVID-19**. 2022. Disponível em: <<https://github.com/CSSEGISandData/COVID-19>> acessado em 09.mai.2022.

SATO, Michèle. Cartografia do imaginário no mundo da pesquisa. In: ABÍLIO, F. J.P. (Org.). **Educação Ambiental para o semiárido**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 539-569 p., 2011.

SATO, Michèle. **Educação ambiental**. São Carlos, RiMa, 2002.

SATO, Michèle.; SILVA, Regina.; JABER, Michelle. **Educação Ambiental: tessituras de esperanças**. Cuiabá: Editora Sustentável; EdUFMT, 2018.

I P C C . **Technical Summary**. 2022. Disponível em: <[https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/downloads/report/IPCC\\_AR6\\_WGI\\_TS.pdf](https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/downloads/report/IPCC_AR6_WGI_TS.pdf)> acessado em 09.mai.2022.

FORZIERI, Giovanni. Et al. Escalating impacts of climate extremes on critical infrastructures in Europe. **Global Environmental Change**. V. 48, 2018. Disponível em <<https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2017.11.007>> acessado em 06.jul.2022

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 5, s/n, p. 49-60, jan./jun. 2002. Disponível em <<https://revistas.ufpr.br/made/article/download/22116/14480>> Acessado em 06.jul.2022